



GESTÃO 2024-2025

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL MILITAR E II AUDITÓRIA
709



GESTÃO 2024-2025

Composição

Presidente:

Desembargadora Militar Maria Emilia Moura da Silva

Vice-presidente:

Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum

Corregedor-geral:

Desembargador Militar Rodrigo Mohr Picon

Ouvidor da Justiça Militar:

Desembargador Militar Amilcar Fagundes Freitas Macedo

Diretor da Escola Judicial Militar:

Desembargador Militar Fabio Duarte Fernandes

Desembargadores Militares:

Desembargador Militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues

Desembargadora Militar Gabriela John dos Santos Lopes

Juíza auxiliar da presidência:

Viviane de Freitas Pereira

Diretor-Geral:

Herbert Schonhofen

MENSAGEM DA PRESIDENTE

UMA GESTÃO MARCADA POR DESAFIOS, CORAGEM E INOVAÇÃO

Ao encerrar minha gestão como presidente do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, entre 2024 e 2025, levo a honra de ter sido a primeira mulher a ocupar a presidência de um tribunal militar no Brasil. Este marco histórico não foi apenas simbólico — exigiu responsabilidade redobrada e compromisso com pautas que há muito deveriam estar no centro do debate institucional.

Assumi a Presidência com entusiasmo, mas logo enfrentamos uma das maiores tragédias recentes: a enchente de 2024. As consequências foram profundas e persistentes. Ainda assim, nosso Tribunal não parou. Atuamos com prontidão, apoiando servidores, garantindo o funcionamento da Justiça e estendendo a mão à sociedade gaúcha em momento de dor coletiva.

Integramos a pauta de gênero à agenda institucional. Fortalecemos comissões, promovemos debates e ações contra o assédio e a violência contra a mulher, e a campanha Enfrente, Em Frente tornou-se símbolo dessa postura.

Avançamos na consolidação da Justiça Restaurativa como instrumento de reconstrução de vínculos sociais. Apostamos na inovação: implementamos a ferramenta de inteligência artificial Explica Aí, tornando o TJMRS o primeiro tribunal militar do país a incorporar IA no cotidiano. Em parceria com o segmento de justiça militar, lançamos o projeto do Banco de Sentenças, reconhecido nacionalmente, além de conquistarmos mais dois selos no Prêmio CNJ de Qualidade, reforçando a excelência de nossas práticas.

Investimos na aproximação com a sociedade, com destaque para as Sessões Didáticas, que trouxeram alunos militares e civis para conhecer o funcionamento da Justiça Militar. Mantivemos atenção ao bem-estar dos servidores, incentivamos o diálogo institucional e fortalecemos a integração com jurisdicionados, buscando uma Justiça mais acessível, empática e eficiente. Foi uma gestão de superação e construção coletiva.

Saio com a convicção de que abrimos caminhos que não se fecham mais — e que a Justiça Militar do Rio Grande do Sul seguirá adiante com sensibilidade, coragem e compromisso democrático.

**Desembargadora Militar Maria Moura
Presidente do TJMRS - Biênio 2024/2025**

Justiça Militar Gaúcha reafirma excelência em seus processos de gestão

O Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul conquistou, em dezembro de 2025, o Selo Ouro do Prêmio CNJ de Qualidade, distinção concedida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos tribunais que atingem elevados padrões de governança, produtividade, transparência e uso de tecnologia.

A avaliação considera mais de 50 critérios distribuídos em aproximadamente 150 itens verificáveis, abrangendo gestão administrativa e judiciária, eficiência no processamento de demandas, clareza institucional e inovação.

A conquista marca a décima-primeira vez que a Justiça Militar Gaúcha recebe selo do CNJ em doze edições — reafirmação da consistência da gestão.

A presidente do Tribunal celebrou a vitória destacando que “o Selo Ouro reflete o esforço coletivo de magistrados e servidores. É fruto de um trabalho permanente de qualificação, planejamento e responsabilidade institucional, voltado à excelência e à oferta de uma prestação jurisdicional de qualidade para o cidadão”.

Esse reconhecimento oficial evidencia a dedicação institucional à eficiência, à modernização e à qualidade do serviço prestado.



O TJMRS conquistou onze Selos em doze edições do Prêmio

- Selo Diamante (duas oportunidades)
- Selo Ouro (cinco oportunidades)
- Selo Prata (duas oportunidades)
- Selo Bronze (duas oportunidades)



Inovação

No biênio 2024–2025, o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul consolidou uma agenda integrada de gestão e inovação. A atuação combinou planejamento institucional, melhoria de processos e desenvolvimento de soluções digitais, com destaque para iniciativas baseadas em inteligência artificial e integração a plataformas nacionais do Judiciário. Projetos estruturantes fortaleceram a transparência, a eficiência e o acesso à informação. O período também foi marcado por reconhecimento nacional, refletindo a consistência das práticas adotadas e o alinhamento às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.



Banco de Sentenças das Justiças Militares

O TJMRS desenvolveu o Explica Aí Tchê, ferramenta de Inteligência Artificial voltada à tradução de termos jurídicos em linguagem simples. Criado no âmbito do Nube 9, laboratório de inovação do TJMRS, o projeto busca aproximar o cidadão da linguagem judicial e reforça o compromisso da Justiça Militar com a comunicação clara e acessível. A iniciativa foi apresentada em comissões e eventos de inovação do Judiciário gaúcho e nacional, integrando o debate sobre o uso ético e responsável da IA no serviço público. Parcerias institucionais e técnicas com órgãos do Judiciário e empresas de tecnologia contribuíram para o aprimoramento da solução, que também ganhou destaque em mostras e festivais de inovação.

O TJMRS coordenou a criação do Banco de Sentenças das Justiças Militares, plataforma digital que reúne decisões judiciais das Justiças Militares da União e dos Estados em um ambiente único de consulta. Desenvolvido no Nube 9, laboratório de inovação do TJMRS, o projeto visa ampliar a transparência e facilitar o acesso público a julgados, promovendo o compartilhamento de entendimentos entre magistrados e servidores.



Apresentado em encontros e eventos de inovação do Poder Judiciário, o Banco de Sentenças tornou-se referência nacional e recebeu reconhecimento em premiações como o CONIP e o Prêmio de Inovação do Conselho Nacional de Justiça.



Lara, assistente de inteligência artificial da Justiça Militar

Ao longo do biênio, o Tribunal avançou na evolução do eproc, migrando da versão 8.23 para a 9.18, com 31 versões atualizadas desde fevereiro de 2024. O sistema recebeu integrações estratégicas com STJ, STF, TJRS, CNJ, PDPJ-Br, DataJud, bases da Brigada Militar e sistemas internos do TJMRS. As melhorias ampliaram segurança, auditoria, acessibilidade e desempenho, qualificando o fluxo processual eletrônico. Também foram desenvolvidos painéis estratégicos com indicadores de produtividade e acompanhamento de metas.

Certidão de Antecedentes

A área de TIC do Tribunal implementou a automação da Certidão de Antecedentes, integrando o eproc ao banco de dados da Brigada Militar. A mudança reduziu significativamente o tempo de emissão e aumentou a confiabilidade das informações consultadas. O sistema passou a operar de forma mais ágil, eliminando etapas manuais e otimizando o atendimento ao público.



Sistema de Votação Eletrônica

O TJMRS desenvolveu um sistema próprio de votação eletrônica, criado para garantir segurança, rastreabilidade e confiabilidade nos processos eleitorais internos. A plataforma é totalmente auditável e permite acompanhar cada etapa da votação com transparência. O sistema foi utilizado em eleições institucionais de forma estável e sem intercorrências, fortalecendo a governança e a legitimidade dos procedimentos.



Modernização dos sistemas de segurança e acesso

A administração do TJMRS modernizou os sistemas de controle de acesso e vigilância na sede, reforçando protocolos para proteção de magistrados, servidores e público. Paralelamente, tecnologias de videomonitoramento foram implementadas em auditorias do interior — com destaque para Santa Maria e Passo Fundo — ampliando a cobertura e o controle remoto das unidades. Reuniões técnicas definiram parâmetros de operação e integração entre sede e auditorias, garantindo maior eficiência na resposta a incidentes e na gestão preventiva da segurança institucional.



SUSTENTABILIDADE

Líder no segmento em Sustentabilidade

O Tribunal alcançou 75,8% no Índice de Desempenho da Sustentabilidade, liderando o segmento da Justiça Militar e ocupando o 12º lugar no ranking nacional do CNJ. Criado pelo CNJ, o IDS é um indicador que mede o desempenho dos tribunais brasileiros na adoção de práticas sustentáveis, com base em critérios como redução do uso de papel, economia de água e energia, digitalização de processos, gestão de resíduos, capacitação de servidores e ações alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Tabela 5 – Resultado do IDS na Justiça Militar Estadual.

Justiça Militar Estadual		
Ranking	Tribunal	2024
1	TJMRS	75,8%

HISTÓRICO IDS - Percentual refere-se ao desempenho do ano anterior



2021

68,23%

2022

74,78%

2023

67,11%

2024

75,8%



**DESTINO
CERTO**



Lançado em 2024, o projeto ampliou a destinação correta de resíduos, incluindo lixo eletrônico, pilhas, baterias, lâmpadas e esponjas de cozinha. Em 2025, foram instalados coletores exclusivos para equipamentos eletrônicos, com encaminhamento a cooperativas e programas ambientais.



O Tribunal iniciou seu plano de compensação e redução de emissões, alinhado às resoluções do CNJ e ao PLS 2021-2026. As medidas incluem redução de frota, otimização de deslocamentos, iluminação eficiente e ações de compensação.

Resposta Institucional às Cheias de 2024



O Tribunal adotou medidas imediatas diante da calamidade de maio de 2024, com suspensão de expedientes, prorrogação de prazos processuais e ativação de plantões. Foi instituído comitê de gestão de crise, com reuniões interinstitucionais e emissão de notas de orientação. Após o levantamento dos danos estruturais, iniciaram-se mutirões de limpeza, recuperação de documentos e restabelecimento dos sistemas eletrônicos, com retorno gradual ao expediente presencial no segundo semestre.

A instituição desenvolveu ações de apoio a servidores afetados e aprimorou seus protocolos de contingência, fortalecendo a capacidade de resposta a situações de emergência. A resposta rápida e coordenada aos desafios impostos pela calamidade, permitiu que o TJMRS fosse um dos primeiros tribunais a retomar as atividades presenciais e suas sessões de julgamento.



Central da Cidadania e Ações de Solidariedade

O Tribunal integrou a **Central da Cidadania**, espaço coletivo formado por mais de 40 instituições voltadas ao atendimento gratuito da população atingida pelas enchentes. O TJMRS manteve ponto de atendimento próprio, oferecendo informações, acolhimento e encaminhamento de demandas.



A administração do TJMRS lançou a campanha **AbraceJME** para arrecadar recursos destinados a servidores e terceirizados da Justiça Militar severamente atingidos pelas enchentes. Constituída como rede voluntária de apoio, de natureza privada, a iniciativa arrecadou doações via PIX, destinadas à reconstrução de residências e à reposição de bens materiais.

PID

Os Pontos de Inclusão Digital (PIDs) são uma iniciativa do CNJ voltada à ampliação do acesso à Justiça por meio da tecnologia, especialmente em localidades distantes das sedes do Judiciário.

O TJMRS integra o projeto no Rio Grande do Sul desde sua implementação, contribuindo para a instalação de PIDs nos municípios de Arambaré, Dom Feliciano, Porto Alegre (Ilha da Pintada) e Relvado.



Doações



Por meio do programa Destino Certo, o TJMRS disponibiliza, desde 2022, um ponto fixo para a coleta de tampinhas plásticas, incentivando a participação de magistrados, servidores e público em geral. O material é doado para a Instituição Kinder, que revende as tampinhas para converter os valores em melhorias para a instituição.

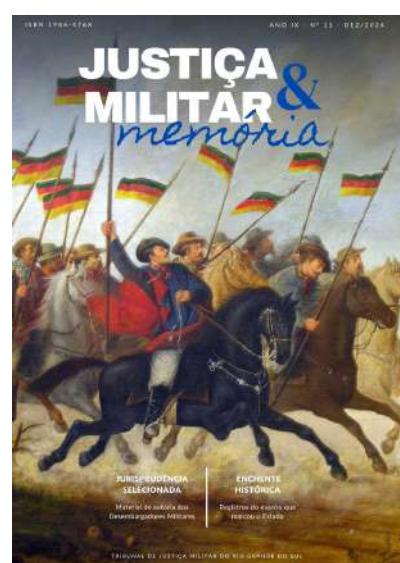
De casa nova

Após 46 anos de funcionamento na atual sede, o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul encaminhou o processo de mudança de suas instalações. A nova sede será localizada na zona sul de Porto Alegre, no prédio que atualmente abriga o Foro Regional da Tristeza, espaço mais amplo e com infraestrutura moderna. A sede atual será destinada ao TJRS, que passará a administrar o imóvel situado no bairro Praia de Belas. A iniciativa representa um avanço institucional, com foco na modernização administrativa e na ampliação contínua da qualidade da prestação jurisdicional.



Comunicação

O TJMRS promoveu uma reorientação em sua estratégia de comunicação, preservando a divulgação de conteúdos institucionais tradicionais e, simultaneamente, investindo em formatos alinhados à estética das redes sociais e voltados à ampliação de públicos. Destaque para o lançamento da campanha Conheça a Justiça Militar Estadual e a publicação de um conjunto de cartilhas institucionais em formato digital, voltadas à promoção de direitos, à prevenção de assédio, à saúde mental, à equidade racial e à comunicação acessível. Também merece registro a retomada da Revista Justiça Militar e Memória, cuja edição digital, reuniu decisões e registros institucionais, incluindo seção dedicada às enchentes que afetaram o Estado. A adoção dessas iniciativas resultou na superação de 800 mil visualizações nos conteúdos publicados nos perfis institucionais.

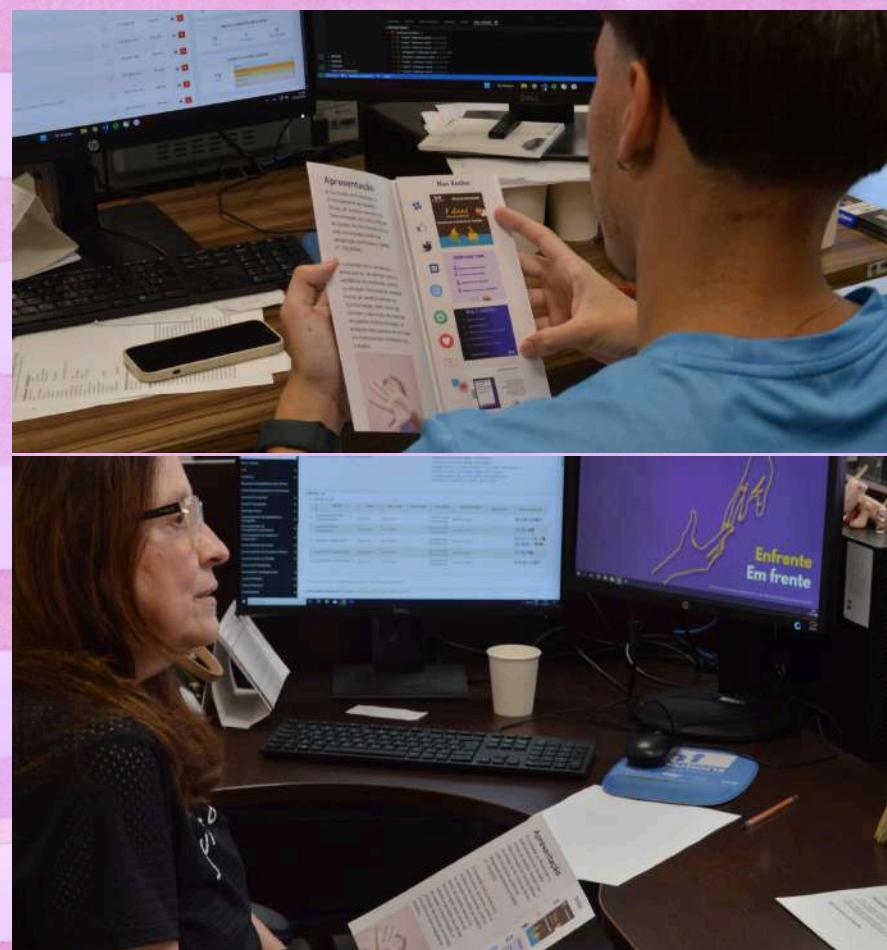


Enfrentamento à Violência de Gênero e ao Assédio



O Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul estruturou, no biênio, ações institucionais voltadas ao enfrentamento da violência de gênero e à prevenção de condutas abusivas no ambiente de trabalho. Nesse contexto, foi lançada a campanha “Enfrente, Em Frente”, com foco no combate à violência doméstica, alinhada às diretrizes nacionais do Conselho Nacional de Justiça. A iniciativa adotou abordagem preventiva e educativa, com produção de conteúdos informativos, palestras, círculos de diálogo, blitzes educativas e divulgação permanente dos canais de denúncia.

A partir desse eixo, o Tribunal ampliou o escopo das ações para o enfrentamento do assédio moral, sexual, institucional e virtual. Foram consolidados protocolos internos, fluxos de orientação e medidas de acolhimento e proteção. As atividades abordaram temas como violência patrimonial e proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade.

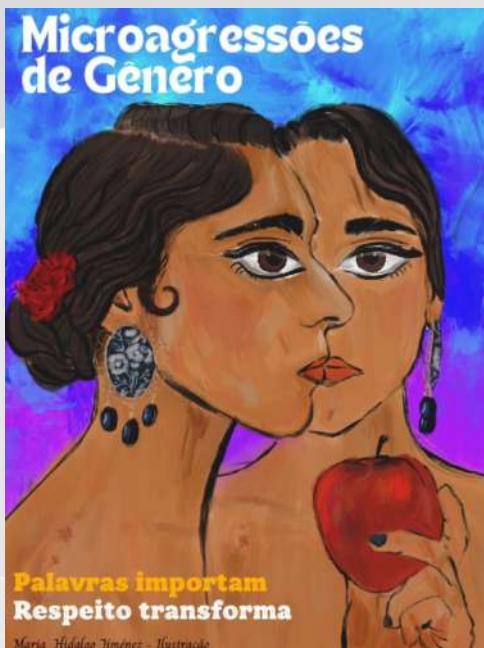


Formação em Gênero, Raça e Etnia

De forma inédita, o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul realizou curso de formação voltado à igualdade de gênero, raça e etnia. A iniciativa coordenada pela Escola Judicial Militar integrou a política institucional de promoção da equidade, dos direitos humanos e da prevenção de discriminações no ambiente de trabalho e na atividade jurisdicional. O curso abordou temas relacionados a gênero, raça, etnia e interseccionalidades, bem como reflexões sobre práticas institucionais e sociais. As atividades incluíram momentos expositivos e de diálogo qualificado, com participação de especialistas na temática. O curso contou com palestras-aula das doutoras Ivana Battaglin, Andreza Smith, Karen Luis, Caroline Piloni e Mariana Aquino. A formação também contou com apoio da Presidência, da Ouvidoria da Mulher e da Comissão de Incentivo à Participação Feminina.



Palavras Importam, Respeito Transforma



O Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul lançou o e-book “Microagressões de Gênero”, publicação educativa que aborda práticas sutis de discriminação baseadas em gênero, muitas vezes naturalizadas no cotidiano institucional. O material apresenta conceitos, exemplos e orientações para identificação, prevenção e enfrentamento dessas condutas, incluindo capítulo sobre microagressões no ambiente digital. A iniciativa integra as políticas institucionais de promoção da igualdade, prevenção de violências e fortalecimento de uma cultura organizacional pautada no respeito e na equidade.



tjmrs.jus.br/cartilhas

Sessões Didáticas



O projeto Sessões Didáticas recebeu mais de 800 participantes em 23 edições realizadas entre 2024 e 2025, apresentando a Justiça Militar, suas competências e a rotina dos julgamentos. A iniciativa aproximou estudantes universitários — prioritariamente acadêmicos de Direito — além de alunos-oficiais e alunos-praças da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Organizado pela Escola Judicial Militar, o projeto contemplou sessões de julgamento tanto no primeiro quanto no segundo graus da Justiça Militar.



No insta do TJMRS
tem muito mais sobre as nossas sessões didáticas



instagram.com/tjmrsoficial

Homenagem a Massot



Ciclo de Palestras em Homenagem ao Coronel Massot



O TJMRS, por meio de sua Comissão da Memória, realizou ciclo de palestras em homenagem ao Coronel Afonso Emílio Massot, no Plenário da Corte, em outubro de 2025. A atividade marcou o centenário de falecimento do Coronel Massot, que foi Comandante-Geral da Brigada Militar e primeiro presidente do Conselho de Apelação, órgão precursor do Tribunal de Justiça Militar.

A programação reuniu público amplo, com a participação de autoridades civis e militares, representantes da Brigada Militar, integrantes da Justiça Militar e demais interessados nas temáticas abordadas. Também estiveram presentes representantes da família do homenageado, entre eles o Embaixador Affonso Emílio de Alencastro Massot, neto do Coronel Massot, e seu filho, Affonso Carlos Arruda Botelho de Alencastro Massot.

O ciclo de palestras contou com painéis temáticos voltados à trajetória institucional do Coronel Afonso Emílio Massot e à formação da Justiça Militar Estadual, com abordagens sobre a história da Brigada Militar e da Justiça Militar no Estado. A programação incluiu ainda atividades de debate e oficinas relacionadas ao registro histórico e à preservação da memória institucional.

Durante o evento, foi concedida a Ordem do Mérito Judiciário Militar Estadual a representantes da família do homenageado. A iniciativa integrou a programação institucional do Tribunal no exercício.



Promoção da Equidade Racial



O TJMRS desenvolveu um conjunto articulado de iniciativas voltadas à promoção da equidade racial e ao enfrentamento do racismo no ambiente institucional. As ações combinaram políticas de gestão, formação e comunicação, com foco na prevenção de práticas discriminatórias e na qualificação da atuação jurisdicional e administrativa.

Nesse percurso, o TJMRS obteve destaque no Índice de Promoção da Equidade Racial do Conselho Nacional de Justiça, que avalia o comprometimento dos tribunais com políticas estruturadas de diversidade e inclusão. O resultado refletiu medidas institucionais permanentes, como capacitações, participação em programas nacionais e incorporação do tema à agenda estratégica do Tribunal.



MICROAGRESSÕES Educação para o enfrentamento

As ações foram complementadas por atividades de sensibilização que promoveram diálogo sobre microagressões e desigualdades, além da realização de cursos que ampliaram a visibilidade de palestrantes negros e a representatividade nos espaços institucionais.

No campo educativo, foi lançada a cartilha sobre microagressões raciais no ambiente institucional, com orientações práticas para identificação e enfrentamento de condutas sutis de discriminação no cotidiano de trabalho.

Justiça Restaurativa

O Tribunal integrou a Comissão Executiva do Protocolo Interpoderes sobre Justiça Restaurativa, composta por órgãos do sistema de justiça e instituições públicas. A participação institucional alinhou o Tribunal às diretrizes nacionais e fortaleceu a cultura de paz.

Internamente, foram realizados círculos de construção de paz com servidores, contribuindo para a integração das políticas restaurativas no âmbito estadual.



Terminal de Acessibilidade

Instalado na entrada do Tribunal, o terminal dispõe de teclado iluminado, teclas em relevo, áudio ampliado e tela de alto contraste, ampliando autonomia na utilização dos serviços.

Ferramentas de Acessibilidade no Site

Aprimoramentos contínuos promoveram acessibilidade digital, com inclusão de recursos de leitura, contraste e navegação assistiva.

Definição dos espaços destinados a cadeirantes

Foram definidos espaços específicos para cadeirantes no Plenário e nas auditorias, garantindo circulação segura e adequada. Os locais contam com sinalização clara e posicionamento acessível, assegurando participação autônoma e igualdade de condições nos atos judiciais.



Interpretação em Libras

Mais de 95% das sessões de julgamento do TJMRS contaram com interpretação em Libras, garantindo acessibilidade comunicacional às pessoas surdas. A medida é realizada por meio de convênio com a Unintese, firmado em 2022 e mantido na atual gestão.

Linguagem Simples

O TJMRS vem consolidando a adoção da Linguagem Simples como diretriz permanente. A iniciativa alinha-se ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, ao qual o Tribunal aderiu, reafirmando o compromisso com a clareza e a acessibilidade das informações. Como desdobramento, foi lançado o Guia de Linguagem Simples, com orientações práticas para a elaboração de textos mais diretos e comprehensíveis. Paralelamente, passaram a ser adotadas práticas de simplificação em decisões judiciais, com apoio de recursos tecnológicos. Também foi realizada a Parada da Linguagem Simples, um dia voltado à formação de magistrados e servidores.



INSTITUCIONAL





[instagram.com/tjmrsoficial](https://www.instagram.com/tjmrsoficial)



TJM
Justiça Militar
Estado do Rio Grande do Sul



tjmrsoficial



tjmrsoficial



tjmrsoficial



tjmrs.jus.br

